

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO (Dep. Alceu Moreira e Dep Paulo Piau)

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública que permita a construção de um amplo debate sobre as responsabilidades sanitárias e os limites legislativos da União, dos Estados Federados e dos Municípios, no tocante ao abate de bovinos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública que permita um amplo debate sobre as responsabilidades sanitárias afeitas à União, aos Estados Federados e aos Municípios, quando do abate de bovinos para consumo humano.

Atualmente o assunto tem sido objeto de diversas e profundas discussões entre técnicos, empresários, fiscais e órgãos públicos ligados ao setor de produção de carne bovina.

Ora, a atual normatização brasileira afeita à produção, ao abate, à comercialização e ao transporte de carne bovina não oferece a menor segurança jurídica para os empresários que trabalham nesse ramo. Sendo que essa insegurança se estende também à parte mais frágil dessa relação comercial que é o consumidor final, pois a falta de regras claras no setor de abate e

processamento de carne bovina, acaba por criar uma situação sanitária insustentável..

Assim, a normatização que tutela a cadeia produtiva da carne bovina, por não ser clara e objetiva dá margem as mais variadas e mirabolantes interpretações jurídicas e administrativas, sendo certo que na atualidade não temos como definirmos os limites de atuação sanitária e nem de fiscalização da União, dos Estados e dos Municípios; fato que por si só traz prejuízos a todos.

Podemos concluir que as confusões legais e interpretativas afeitas à normatização do abate, bem como do processamento da carne bovina, acaba abrindo espaço para que empresários desprovidos de responsabilidade, imponham à milhões de brasileiros o consumo de uma carne bovina de procedência e de processamento industrial duvidoso.

Não é justo que por causa de confusões e burocracias administrativas, milhões de brasileiros tenham a sua saúde colocada em risco, ou que uma enorme parcela da população fique a mercê de doenças transmitidas pelo abatimento sem o controle sanitário devido.

Assim sendo, se faz necessário um amplo debate que permita dar alicerce para a construção de uma legislação clara, objetiva e que traga segurança aos consumidores e aos empreendimentos ligados ao setor de carne bovina.

Para o bom andamento do citado debate se faz necessário proferir convites à seguintes autoridades::

-Representante do Ministério da Saúde;

-Representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento;

- Representante do Ministério da Justiça;
- Presidente do Conselho Federal de Medicina;
- Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária;
- Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2012.

Deputado Alceu Moreira

Deputado Paulo Piau

[illegible]